



número 117 - Abril 2007

NOSSA OPINIÃO

- Até quando vai a FAO chamar de "florestas" as plantações de madeira rápida?

A FAO EM FOCO

- O que encobre a definição da FAO

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Congo, República Democrática: ameaça às florestas tropicais ganha ímpeto
- Malásia: comunidades nômades e semi-nômades Penan intensificam campanha contra o Grupo Samling
- Paraguai: os Ayoreo- Totobiegosode ameaçados por empresa pecuarista

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Brasil: a sigilosa problemática dos recursos hídricos no negócio da Aracruz Celulose
- Espanha: certificação FSC para a NORFOR ou a continuação de uma fraude
- Suazilândia: plantações de árvores em grande escala que não são a exceção à regra

SUMIDOUROS DE CARBONO

- É possível acreditar na compensação das emissões de carbono?

NOSSA OPINIÃO

- Até quando vai a FAO chamar de "florestas" as plantações de madeira rápida?

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) deve fazer avaliações periódicas do estado das florestas do mundo. Para isso, tem desenvolvido uma série de definições, uma das quais –obviamente- se refere ao que pode ser considerado uma floresta. Isso deveria ter sido uma missão relativamente fácil ... a não ser pelo fato de que a FAO decidiu definir as plantações –incluindo às de espécies exóticas- como "florestas plantadas".

O recentemente publicado relatório do Estado das Florestas no Mundo 2007 inclui um quadro (8) (vide nota 1) com o título "Florestas plantadas no continuum das características das florestas" onde as "plantações produtivas" estão sob o título "florestas plantadas" e estão definidas como "Florestas de espécies introduzidas e/ou nativas estabelecidas por plantação ou mudas principalmente para a produção de produtos madeireiros ou não madeireiros". É interessante apontar que nesse item, até as "árvores em ambientes urbanos" são incluídas "no continuum das características das florestas"!

De acordo com o que antecede fica claro que para a FAO qualquer "plantação de árvores produtivas (por exemplo uma plantação de monoculturas de eucaliptos de rápido crescimento) é não apenas uma "floresta plantada" mas pura e simplesmente uma "floresta". Isso tem conseqüências muito importantes, já que uma e outra vez a avaliação da FAO –por causa dessa definição- encobre a realidade de amplo desmatamento, a igualmente importante realidade da degradação das florestas e o empobrecimento biológico das florestas e os impactos negativos das plantações de eucaliptos, pinus, acácias, tecas, gmelinas, seringueiras e outras plantações de árvores exóticas sobre as pessoas e o meio ambiente.

Talvez possa ser controvertível se uma plantação de uma espécie nativa pode ser considerada uma floresta ou não, mas não pode haver dúvidas que uma plantação de eucaliptos na África do Sul ou no Brasil ou uma plantação de pinus no Chile ou uma plantação de seringueiras no Camboja ou uma plantação de gmelina na Costa Rica ou uma plantação de criptoméria na Índia não são. No entanto, a FAO não apenas as define como "florestas" mas também as inclui como parte da cobertura florestal mundial.

A FAO precisa ser conscientizada de que esse não é um assunto a ser discutido dentro de um círculo fechado de expertos–como tem sido feito até agora- porque essa não científica definição tem conseqüências negativas específicas sobre as pessoas e o meio ambiente. São justamente essas pessoas –que sofrem os impactos das plantações- as que são os expertos reais. Eles as têm definido como "desertos verdes", "milicos plantados", "câncer verde", "florestas mortas", e essas definições estão bem mais perto da realidade do que chamá-las de "florestas plantadas" ou "florestas".

Esse assunto da definição da FAO não é um exercício acadêmico vão: trata-se das pessoas. Trata-se da forma na que essa definição desempodera as comunidades locais, que lutam contra as plantações de monoculturas de árvores em grande escala –"florestas produtivas" de acordo com a terminologia da FAO. Os governos, os consultores, as agências multilaterais, as agências de ajuda e o que é mais importante, as grandes corporações usam esse conceito de "florestas plantadas" para encobrir os impactos dessas plantações para o público em geral. Elas dizem às pessoas na Finlândia que a Metsa Botnia está "plantando florestas" no Uruguai ou que a Stora Enso está "plantando florestas" no Brasil e dessa forma as convencem de que essas companhias estão fazendo coisas positivas no exterior. Seria bem mais difícil convencê-las de que plantar "desertos verdes" ou "florestas mortas" nos países do sul é aceitável. Mas é justamente isso o que estão fazendo.

O fato é que essas plantações de monoculturas de árvores exóticas estão tendo um impacto sobre as florestas, as pradarias, os solos, os recursos hídricos, a biodiversidade e os meios de vida das pessoas e que a FAO não apenas é responsável de encobrir isso em suas avaliações mas também de continuar apoiando o estabelecimento de "plantações de florestas". A única dúvida é se a FAO percebe ou não as implicâncias sociais, ambientais e políticas disso.

Outorgando à FAO o benefício da dúvida, recomendamos que abra um diálogo sobre o assunto com os expertos mais experimentados –as pessoas que sofrem o impacto das plantações- e com as organizações nacionais e internacionais que os têm apoiado e documentado os impactos. Como um primeiro passo nessa direção, deveria pelo menos estar aberta a aprender de organizações como o CIFOR (Centro para Pesquisa Florestal Internacional), que em uma publicação de 2003 cunhou o termo "plantações de madeira rápida". Isso é exatamente o que são e a forma na que gostaríamos que a FAO as chamasse. É pedir muito?

(1) O quadro 8 está disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/009/a0773e/a0773e09.pdf>

[início](#)

- O que encobre a definição da FAO

Mais uma vez, como cada dois anos, a FAO tem publicado seu relatório "Situação das Florestas do Mundo 2007" ("Situación de los Bosques del Mundo 2007", <http://www.fao.org/docrep/009/a0773s/a0773s00.htm>), onde "se examinam os avanços para a ordenação florestal sustentável". Apesar de que admite que "O desmatamento continua a um ritmo alarmante de aproximadamente 13 milhões de hectares ao ano", a conclusão geral do relatório é que "houve avanços", apesar de que acrescenta que "de forma desigual".

Parece que não pode reconhecer-se a grave situação atual das florestas e do ambiente em geral: o desmatamento massivo dos mangues para deixar o caminho livre para granjas camaroneiras, as vastas superfícies de terra outorgadas em concessão à agroindústria (para plantações industriais de árvores ou cultivos), a mineração, as barragens hidrelétricas, a atividade madeireira industrial –atividades todas que implicam a degradação e/ou destruição das florestas com os conseguintes impactos sociais e econômicos nas comunidades locais. Quase nada disso aparece no relatório da FAO. E também não se identificam as causas subjacentes dessa destruição.

O relatório estabelece que algumas regiões "particularmente as constituídas por economias em desenvolvimento e ecossistemas tropicais, continuam perdendo superfície florestal, ao mesmo tempo que carecem de instituições apropriadas para poder inverter essa tendência". No caso da África estabelece que "a capacidade das instituições de aplicar uma ordenação florestal sustentável é limitada, devido em grande parte à situação social e econômica geral desfavorável".

Nesse sentido, cabe citar o que mencionava Assitou Ndinga, da República Democrática do Congo, sobre os fatores externos que afetam as decisões dos órgãos florestais nacionais: "a globalização e a inserção dos países centro-africanos em redes internacionais têm efeitos positivos mas também coercivos que debilitam seu compromisso com a causa dos ecossistemas da floresta. Isso se deve tanto à hegemonia ocidental e à cultura da sociologia das relações internacionais nos países ocidentais quanto ao escasso sentimento nacionalista dos africanos". E acrescentava que a diplomacia oficial ocidental "costuma estar ao serviço de forças que, no passado, provocaram o debilitamento da estruturas e o empobrecimento da região; forças cuja primeira preocupação é o interesse pessoal mas que instrumentalizam o poder de seu próprio Estado e os convênios internacionais" (ver Boletim do WRM N° 107).

A essa falta de reconhecimento da dimensão da perda de florestas e de aprofundamento nas causas da mesma se acrescenta outra carência: a definição que inclui as plantações florestais industriais como uma subcategoria da floresta –"florestas plantadas". Essa definição contribui para legitimar a expansão das monoculturas em grande escala de árvores, ocultando a miséria, a exclusão e a destruição ambiental que têm deixado em numerosos países do Sul. A FAO maneja errônea e confusamente o conceito de cobertura florestal, igualando-o à floresta e incluindo nele as plantações, resultando na subestimação do grau de destruição das florestas e a invisibilização da gravidade das plantações florestais. De outro lado, os dados fornecidos pela FAO a respeito das plantações florestais encobrem tanto a natureza do problema e sua verdadeira magnitude –a respeito da percentagem de superfície ocupada nos países afetados-, quanto os responsáveis, os mecanismos de apropriação dos bens naturais e os impactos sobre as pessoas e o ambiente.

Não estamos dizendo com isso que a FAO seja a única atora da reconversão de grandes extensões de ecossistemas –pradarias, florestas, páramos- em "desertos verdes" de monoculturas de árvores. É inegável que são fundamentalmente grandes interesses econômicos os motores da expansão –entre eles a indústria celulósica do papel mundial que procura matéria prima barata para abastecer o esbanjador consumo do Norte. Mas a FAO tem sido funcional no processo, como órgão "experto" que participa ativamente em processos internacionais (como a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável) e cuja orientação, promoção e legitimação pode ser considerada como ponto de partida em diferentes fóruns e âmbitos internacionais.

Como forma de demonstrar as conseqüências que traz a definição das plantações florestais como florestas, fornecemos a seguir comentários sobre as seções do relatório intituladas: Florestas plantadas, A propriedade das florestas, A restauração da paisagem florestal e O setor florestal e a redução da pobreza.

As "florestas plantadas" da FAO

A seção encabeçada sob o título de "florestas plantadas" (pág. 88) mostra um quadro que identifica os 10 países com a maior superfície de "florestas plantadas" em 2005, entre os que estão os Estados Unidos, a Rússia, o Japão, a Suécia, a Polônia, a Finlândia, junto com o Brasil, a Índia, a China e outros.

Além do absoluto desacordo que temos com a idéia incrível de que possa "plantar-se" um ecossistema, o quadro resulta absolutamente enganoso. A definição de "florestas plantadas" da FAO iguala "as florestas com componentes plantados" –como seria o caso da Finlândia ou da Suécia- com as "plantações para produção", geralmente com espécies exóticas de rápido crescimento que definem as monoculturas de árvores que avançam sobre os territórios dos países do Sul e permanecem invisíveis nas estatísticas da FAO.

Por mais de 10 anos temos levado a cabo uma Campanha sobre o assunto, a partir das evidências fornecidas por comunidades indígenas e camponesas, organizações sociais e ambientais, acadêmicos, pesquisadores, pessoas atingidas e outras sensibilizadas com o assunto. Temos centenas de artigos e livros que recolhem denúncias e procuram dar voz aos que não têm lugar para expressar-se nos sítios de poder.

Pesquisas realizadas na África do Sul, na Suazilândia, em Uganda, no Uruguai, no Brasil, no Chile, no Equador, no Camboja, na Tailândia, no Vietnã, na Indonésia e depoimentos recolhidos nesses e outros países como a Malásia, a Índia, a Austrália, o Quênia, a Nova Zelândia, a Argentina, a Colômbia, a Venezuela, Gana e outros evidenciam os graves impactos que têm causado e causam nesses países as monoculturas de árvores.

No entanto, apenas dois desses países mencionados –o Brasil e a Índia- aparecem na lista da FAO, enquanto os outros são invisibilizados. Os mais de 2 milhões de hectares no Chile, os 3 milhões de hectares na Indonésia, o milhão e meio de hectares na África do Sul, os 5 milhões no Brasil e as centenas de milhares de hectares plantados com árvores em dezenas de países do Sul parecem não existir. No entanto existem e seus impactos já têm sido documentados.

Ao mesmo tempo, o quadro da FAO esconde a percentagem de território que ocupam as plantações em cada país ou região e com isso a incidência de seus impactos. Por exemplo, no caso da Suazilândia, ocupam quase 10% do território nacional e além disso estão localizadas nas melhores terras. O mesmo acontece no interior de muitos países, onde determinados estados ou províncias contêm altíssimas percentagens de suas terras ocupadas por essas monoculturas (Kwazulunatal na África do Sul, Misiones na Argentina, Espírito Santo no Brasil, a Nona Região no Chile, etc.)

A propriedade das florestas

"A propriedade pública florestal continua sendo de longe a categoria prevalecente em todas as regiões" diz a FAO no relatório (pág. 80). E acrescenta que "em nível mundial, 84% das terras florestais e 90% de outras terras de florestas são de propriedade pública".

Nesta seção da Parte II aparece um gráfico que ilustra os números da "propriedade florestal" em 19 países do sueste asiático e do que consta que 92% são de propriedade pública –totalizando 365 milhões de hectares de floresta- enquanto que a indústria aparece com um magro 1%.

Estes números encobrem no início duas coisas: que apesar de estarem em mãos públicas, numerosas florestas são

destruídas por empresas que recebem direitos de concessão para atividades extrativas –atividade madeireira, mineração- e para o estabelecimento de plantações, e que justamente essas concessões lhes dão direitos que fazem com que essas florestas estejam em mãos privadas.

Essa é uma realidade que acontece na Ásia, na África e na América Latina. No Panamá, o governo aprovou grandes concessões para o desenvolvimento da indústria mineradora sobre as florestas, prejudicando os povos que vivem nelas como é o caso da extração do cobre e ouro dentro do território dos Ngobe-Bugle e dos Kuna. Na República Democrática do Congo, 103 empresas madeireiras receberam em 2005, concessões que abrangem 14.752.600 de hectares de florestas. No Gabão, a maior parte das florestas já tem sido alocada para concessões madeireiras, enquanto que mais da metade do território do Suriname, para benefício de um punhado de pessoas, está sob concessões, entre elas as outorgadas para exploração de madeira e ouro em florestas tropicais que são de vital importância para os Marunes. O setor florestal da República Centro-africana está dominado por companhias e capitais de origem francesa que intervêm na exploração de quase a metade dos 3,2 milhões de hectares de florestas entregados em regime de concessão. As concessões outorgadas na Birmânia, no estado de Kachin –uma das últimas grandes áreas de florestas intactas do sueste asiático continental- habilitam umas poucas elites a enriquecer-se com a extração dos recursos naturais, a atividade madeireira e a mineração, enquanto que no Camboja, em finais da década de 90 o governo entregou mais de um milhão de hectares de concessões para atividade madeireira –à custa das terras e florestas dos povoadores locais, que têm constituído seus meios de vida durante gerações- e concessões de terras, muitas das quais foram para estabelecer plantações industriais de árvores em grande escala que, conforme o critério da FAO, apareceriam como florestas.

Também ficariam dentro das estatísticas de florestas as plantações que realiza na Indonésia a companhia Asia Pulp & Paper (APP), vinculada à celulose e o papel. A APP tem recebido duas concessões para plantações de árvores para celulose nas províncias de Riau e Jambi. Nessa última trabalha com Acacia mangium como matéria prima da celulose. Até o momento a superfície já convertida e por converter-se em "terra de acácias" pela companhia atinge 500.000 hectares na província. Em Riau, a empresa está estabelecendo plantações muito rapidamente para poder alimentar suas fábricas de celulose, transformando florestas em plantações e superpondo-se com terras comunitárias. No sul de Sumatra, a APP possui outra concessão que abrange 380.000 hectares. Durante a década de 70 o governo da Indonésia declarou 140 milhões de hectares de terras como florestas estatais, com o que garantiu o controle do Estado sobre florestas administradas tradicionalmente por milhares de comunidades locais. Da mesma forma que com as concessões para a atividade madeireira industrial, o governo entrega concessões à indústria da celulose e do papel sem considerar quem vive lá nem quem tem utilizado tradicionalmente a floresta (ver Boletim N° 101 do WRM). Agora tem planos para estabelecer outros cinco milhões de hectares de plantações de acácia para pasta de papel.

A restauração da paisagem florestal

Nesta seção (pág. 76) a FAO define que a "restauração da paisagem florestal" se trata de "enfoques práticos que não visam a restabelecer as florestas primigênicas de ontem" mas a adotar outros enfoques que permitam "restaurar as funções das florestas e árvores e potenciar sua contribuição com os meios de vida e usos das terras sustentáveis".

Para graficar seu modelo, a página dedicada a esse assunto mostra uma fotografia cuja nota de rodapé serve para saber às claras qual é o objetivo: um "mosaico de florestas plantadas para a produção de madeira e florestas secundárias regeneradas naturalmente para proteção dos vales e cursos de água" no Estado da Bahia, Brasil.

Entre 1970 e 1985, a Bahia perdeu 70% de suas florestas nativas com a chegada das empresas de papel e celulose Suzano-Bahia Sul, Aracruz, CAF Santa Bárbara Ltda e Veracel. O extremo sul da Bahia conserva apenas 4% da Mata Atlântica original em áreas de reserva e mais da metade das terras agricultáveis está nas mãos das empresas. A expulsão dos trabalhadores rurais, quilombolas (descendentes de escravos), indígenas e pequenos agricultores provocou um aumento das favelas, a desintegração de grupos e famílias, violência e miséria.

Esse processo destruidor está longe de ser uma restauração. O eufemismo esconde a tragédia da ocupação dos territórios do Sul pelos grupos de poder que procuram condições favoráveis para suas monoculturas de árvores –isto é, mão de obra e terra barata, bem como condições de solo, água e clima que permitem um rápido crescimento das árvores exóticas introduzidas, além de poder deixar fora de seus países a poluição e os conflitos sociais.

Em setembro de 2006, um importante conjunto de "homens, mulheres e jovens, trabalhadores rurais e urbanos, indígenas, ambientalistas, cientistas, professores e estudantes" da Bahia denunciavam "a situação de degradação e miséria na que está a região do Extremo Sul da Bahia, promovida pela empresa de celulose Veracel, uma joint venture da Stora Enso". Na carta se afirmava que a empresa provocou a perda do trabalho de "aproximadamente 400 trabalhadores [rurais]", grande parte dos quais se deslocaram para a periferia de cidades vizinhas e que também, "Em toda a região, a plantação extensiva do eucalipto promoveu a desaparecimento de diferentes rios e córregos" (ver Boletim N° 110 do WRM).

Para as pessoas isso não são cifras nem estatísticas mas situações trágicas que comprometem sua vida, seu futuro.

O setor florestal e a redução da pobreza

A FAO menciona nesta seção (pág. 78), os possíveis vínculos entre os programas florestais nacionais e as estratégias de redução da pobreza e comenta as conclusões de diferentes entrevistas realizadas com autoridades governamentais. Mais uma vez, quando faz referência à contribuição dos "recursos florestais" com as famílias, bem como à identificação de oportunidades e obstáculos para a contribuição do setor florestal com a mitigação da pobreza, o problema das plantações industriais de árvores fica totalmente escondido.

O que se entende por "recursos florestais"? Se falarmos da floresta e de seus produtos, há muito para dizer a respeito da contribuição que fazem às comunidades que as habitam ou dependem delas. Na floresta acham alimentos, como mel, frutas, sementes, nozes, raízes, tubérculos, insetos, animais silvestres; utilizam as resinas, o rotim, o bambu, taninos, corantes, folhas, palha, peles, couros, para o auto-consumo ou como fonte de renda por sua venda; e as plantas que se encontram lá servem para forragem, de especial importância para a criação de vacas, ovelhas, cabras, mulos e camelos. E além disso estão as importantes contribuições que faz o ecossistema florestal, especialmente na regulação do ciclo hidrológico.

Mas de novo voltamos ao problema do que encobre o conceito da FAO, que iguala as plantações com as florestas. Por trás desse eufemismo se esconde o que estão sofrendo numerosos povos da Ásia, da América Latina e da África, onde as monoculturas florestais destroem a agricultura camponesa, substituem a produção e alimentos, impedem a realização de necessárias reformas agrárias e a devolução e demarcação de terras indígenas, deslocam as comunidades de suas terras e ecossistemas e desmantelam sua cultura.

As plantações de acácia destroem as florestas de Belum e Temenggor na Malásia; no Camboja as monoculturas de acácia, pinus e eucalipto avançaram indiscriminadamente sobre as pradarias que a população local Phnong usa para pastar seu gado, bem como sobre as florestas e cemitérios ancestrais, elementos essenciais da cultura Phnong. Na Indonésia se acelera a introdução de plantações de árvores para abastecer a indústria da celulose e do papel, que tem entrado em conflito com os limites e a posse das populações locais, o que fica evidenciado pelo enorme número de "demandas" e "reclamações". No Equador, em 2006, jovens de Muisne realizaram uma ação contra as plantações de árvores da empresa japonesa EUCAPACIFIC, que têm afetado profundamente a região, acabando com a água, a flora e a fauna que antigamente abundavam e que eram utilizadas pela população local e despejando os próprios povoadores da área. Na Colômbia, neste ano o Tribunal Permanente dos Povos -Capítulo Colômbia se reuniu para julgar as empresas transnacionais pelo assunto da biodiversidade e da exploração dos recursos naturais nesse país, acusando à Smurfit Kapa – Cartón de Colombia, entre outras coisas, de "violação de direitos humanos, ambientais, sociais e culturais", "destruição de florestas úmidas tropicais, florestas andinas e outros ecossistemas e por destruir o

tecido social, meios de produção tradicional e cultural das comunidades; suprimir e poluir fonte hídrica; influir a formulação de políticas governamentais no país e pressionar funcionários do Estado em prol dos interesses da multinacional."

As empresas florestais chegam com grandes promessas de emprego, vendendo a mensagem de que "oferecem oportunidades de emprego, ainda nas áreas mais afastadas do país". Mas pesquisas e depoimentos dizem outra coisa bem diferente (ver "Promessas de emprego e destruição de trabalho" <http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/fase.pdf>; Boletins Nº 74, 69 do WRM). As cifras finais de emprego estão bem longe do anunciado e o trabalho nas plantações é geralmente sazonal, terceirizado, mal remunerado e muitas vezes se realiza sob condições deploráveis.

Poderíamos continuar mencionando muitos mais casos recolhidos e denunciados em nossa campanha contra as plantações industriais de árvores. Lamentavelmente abundam.

Enquanto os povos e movimentos sociais pedem soberania alimentar, a FAO transita por outros caminhos no sentido contrário. É hora que o órgão trate das causas subjacentes do desmatamento. Gostaríamos de ver um relatório que tratara em profundidade os problemas que traz a desigualdade na posse da terra; a falta de democracia participativa, a influência dos militares e a exploração das áreas rurais pelas elites urbanas, o consumo excessivo nos países de alta renda, a industrialização descontrolada –fatores que estão na raiz da destruição e degradação das florestas.

Da mesma forma, se a FAO tem o objetivo de ser o órgão mundial que contribua para clarificar a situação das florestas do mundo, visando a seu cuidado e preservação, também lhe cabe a responsabilidade de fazer visível, uma vez por todas, o premente problema da expansão das monoculturas em grande escala de árvores às custas dos territórios, ecossistemas e povos dos países do Sul. A FAO tem a responsabilidade de dar voz e espaço a esses questionamentos e problemas.

Um primeiro passo é que reconheça que as plantações não são florestas e suprima uma vez por todas a insustentável categorização das monoculturas de árvores como florestas.

[início](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Congo, República Democrática: ameaça às florestas tropicais ganha ímpeto

A floresta tropical congoleza da África Central é, depois da amazônica, a segunda maior do planeta e um espaço de importante biodiversidade. Dois terços da floresta se estendem na República Democrática do Congo (RDC)- ainda dividida por uma cruenta guerra civil alimentada pela luta sobre o controle dos recursos naturais, e que já causou 3,5 milhões de vítimas. Aproximadamente 40 milhões de pessoas dependem das florestas para sua sobrevivência.

No entanto, o Banco Mundial – de longe, o maior credor da RDC- vem incentivando com seu apoio os planos governamentais de uma maciça expansão da exploração industrial de madeira. Tais planos desencadearão uma onda de destruição das florestas congolezas ao serem concedidas à indústria madeireira que tira partido das incertezas legais e de um governo fraco.

A floresta vem sendo vendida sob o pretexto de mitigar a pobreza em um dos países mais pobres do mundo, o que equivale a uma sentença de morte para a floresta e as pessoas que dela dependem. Os povos "pigmeus" Twa, Mbuti e Aka e o povo Bantu têm habitado as florestas congolezas durante milhares de anos e têm se sustentado da caça e da coleta de alimentos silvestres. Eles sabem como proteger a fauna, a flora e os ecossistemas da floresta tropical. O que não sabem é o que o setor dos negócios reserva para eles.

Em troca de madeira no valor de centenas de milhares de dólares, as empresas madeireiras entregam às comunidades presentes tais como sacos de sal e engradados de cerveja que valem menos de US\$100, e prometem a construção de escolas e hospitais. É sabido que tais promessas raramente são cumpridas e que são usadas táticas intimidatórias contra qualquer tentativa de protesto.

Em 2002, o governo da RDC estabeleceu uma moratória à concessão, extensão e renovação de títulos de exploração madeireira. Mas, apesar de a moratória original ter sido ratificada por decreto presidencial, tem sido amplamente ignorada, inclusive pelo Banco Mundial e outras instituições de crédito que apoiam tais planos.

Nos últimos três anos, mais de 150 contratos que abrangem uma área florestal de cerca de 21 milhões de hectares (uns 51 milhões de acres) foram assinados com 20 companhias. Acredita-se que grande parte da área foi concedida ilegalmente em 2002 por parte de um governo de transição que surgia de uma década de guerras civis e são contra a moratória do Banco Mundial.

Nos últimos três anos, a organização Rainforest Foundation vem alertando que a exploração madeireira em grande escala poderia acender enormes problemas ambientais, alimentar o conflito com os habitantes da floresta e espalhar a corrupção já que os políticos, funcionários e líderes militares tiram proveito de uma “bonança madeireira”. Recentemente, a organização Greenpeace juntou-se à campanha da Rainforest Foundation “Stop the Carve-Up of the Congo” e divulgou um relatório de 100 páginas intitulado “Carving Up the Congo” (Retalhando o Congo). O estudo foi compilado por Greenpeace Internacional e grupos congolese ambientalistas e de direitos humanos, e informa que empresas maioritariamente da Alemanha, Portugal, Bélgica, Cingapura e os EUA extrairão teca africana para ser transformada em assoalhos, móveis e portas na Grã Bretanha.

Para terem acesso às florestas durante os próximos 25 anos, as empresas europeias fizeram acordos com os chefes dos povoados, oferecendo sacos de sal, machetes e bicicletas, e em alguns casos prometendo a construção de escolas rudimentares- precisa o relatório.

Grupos internacionais fazem um chamamento para uma cessação durante 10 anos de concessões de novas áreas de corte de madeira no Congo. A Rainforest Foundation exorta, agora, a uma declaração do G-8 sobre a importância das florestas tropicais congolese e o papel que elas têm no combate à mudança climática. “Nós vamos continuar com ímpeto na reunião do G-8 dos países mais ricos a fim de mantermos o foco na última grande fronteira de floresta tropical,” disse Simon Counsell, da Rainforest Foundation.

Artigo baseado em: “Plight of Congo forests grabs world attention”, Rainforest Foundation, <http://www.rainforestfoundationuk.org/s-Plight%20of%20Congo%20forests%20grabs%20world%20attention>; “Rainforest destruction in Africa”, Greenpeace, <http://www.greenpeace.org/international/news/congo-report-110407>; “Selling off the rainforest - a modern-day scandal”, John Vidal em Kisangani, 11 de abril de 2007, The Guardian; “Report From The Congo Rainforest”, Cath Long, The Rainforest Foundation., <http://www.rainforestfoundationuk.org/s-Report%20from%20the%20Congo%20Rainforest>

[início](#)

- **Malásia: comunidades nômades e semi-nômades Penan intensificam campanha contra o Grupo Samling**

Durante os últimos 30 anos aproximadamente, a exploração madeireira em Sarawak tem sido intensa e contínua. Mais de 95% da cobertura florestal original de Sarawak tem sido desmatada pelo menos uma vez. As escassas porções remanescentes de floresta primária não protegida em Sarawak estão nas regiões montanhosas próximas da fronteira com a Indonésia, e atualmente são alvo de uma acelerada exploração madeireira por parte dos cinco principais grupos madeireiros que operam em Sarawak e sua miríade de filiais e empreiteiros associados.

O ministro florestal do estado de Sarawak discursa sobre o corte sustentável das florestas durante um ciclo de 25 anos e da adjudicação de vastas extensões de terras para plantação de palmeiras e culturas comerciais. No entanto, conforme a maioria dos biólogos, o resultado final será a destruição de um delicado ecossistema florestal de 100 milhões de anos e a desaparecimento do dossel. Um efeito secundário que agora se evidencia em todo o país é a poluição quase total dos rios e córregos de água doce, o que provoca um sério impacto na pescaria tanto interior quanto marinha.

Também é crítica a situação dos povos indígenas das florestas de Sarawak que dependem da floresta para seu sustento. Aproximadamente 200 nômades Penan permanecem nelas e o seu futuro se apresenta desesperançador quanto a possibilidade de manterem o comportamento a que estão acostumados já há séculos. Muitos deles estão presos em um estado de constante confrontação com a indústria madeireira e o governo local pela preservação de suas terras florestais remanescentes. Ao tempo que inúmeros casos de direitos territoriais passam vagarosamente pelo sistema legal, o corte continua, e a população local não está à altura dos poderosos empresários madeireiros nem com seus empreiteiros.

O Grupo Samling possui 1,4 milhões de hectares no estado malaio de Sarawak. Em recente cotação pública na Bolsa de Valores de Hong Kong, 37 organizações de 18 países solicitaram a investidores e bancos que rejeitassem a companhia devido ao seu descumprimento das normas ambientais e sociais básicas.

Samling já tem desmatado vastas áreas de floresta tropical primária na região do curso superior do rio Limbang, próximo de Batu Lawi, uma montanha que os Penan consideram sagrada.

Quatro comunidades nômades e semi-nômades que vivem na região do rio Limbang ao norte do estado de Sarawak fizeram um apelo conjunto ao público internacional. As comunidades de Long Nyakit, Long Peresek, Long Adang e Long Keneng exortam o Credit Suisse, o HSBC e o Macquarie Securities, os três bancos que patrocinaram a recente cotação pública do grupo Samling a cancelar o suporte à gigante madeireira.

"Samling está destruindo o pouco que resta da nossa floresta tropical no curso superior do Limbang", afirmou o chefe Awing Tubai falando em nome das comunidades Penan. "Precisamos de água limpa para beber e pescar e de florestas intocadas para poder coletar nossos alimentos e outros produtos florestais."

Artigo baseado em: "Rainforest communities step up campaign against Samling", Bruno Manser Fonds, www.bmf.ch; "The Final Chapter for Sarawak's Primary Forests", www.ForestAlert.org, http://forestalert.org/forest.php?lang=en&news_id=5

[início](#)

- Paraguai: os Ayoreo- Totobiegosode ameaçados por empresa pecuarista

Na sua grande maioria, os Ayoreo do Paraguai (vide Boletim Nº 96 do WRM) foram contatados à força e afastados de seus extensos territórios ancestrais entre 1959 e 1987, bem como deslocados em decorrência da ocupação de suas terras para atividades agropecuaristas. Tal situação os submeteu a um alto grau de dependência das missões religiosas e do mercado regional.

Atualmente, mais de 2000 Ayoreo integrantes da etnia vivem sedentarizados em 13 assentamentos -- dez comunidades na Bolívia e três no Paraguai -- todos eles localizados fora de seu hábitat tradicional. Sua cultura está cada vez mais influenciada e obstaculizada pelo padrão de vida moderno, que apenas cede um espaço marginal, insuficiente para poder discernir e reorientar seu caminho para o futuro.

Apenas um grupo local, os Totobiegosode, permanecem ainda na floresta, sem contato com outros Ayoreos ou com estrangeiros, em uma área chamada Amotocodie, ao norte do Chaco Paraguai. Continuam sua vida nômade

sustentada na caça, na coleta de frutos silvestres e de mel, bem como na pesca e em pequenas hortas que fazem “enquanto se deslocam”, durante a época de chuvas. Constituem com seu hábitat -- florestas altas e baixas, palmeirais, campos abertos, córregos secos, arroios e lagoas -- uma unidade inseparável e uma comunidade de vida. Mesmo que ninguém tenha contato direto com eles, sua presença pode ser percebida e comprovada através de alguns sinais tais como pegadas e cavidades nas árvores que revelam que estiveram colhendo mel. Em alguns casos, inclusive, podem ser subitamente vistos de longe.

A maior parte do território habitado pelos grupos em isolamento voluntário está nas mãos de proprietários particulares: paraguaios e estrangeiros; fazendeiros e investidores; indivíduos e empresas. Menos de 10% do território são Parques ou Áreas Protegidas Nacionais. O desmatamento das florestas virgens para a instalação de fazendas pecuaristas dizimou substancialmente os territórios habitados pelos grupos indígenas, provocando sua fragmentação em partes isoladas e divididas entre si por faixas sem montes e caminhos cada vez mais transitados. Os grupos da floresta já não podem percorrer suas antigas trilhas de migração anual nem tem acesso a porções do habitat que são essenciais para sua vida e sobrevivência.

A expansão acelerada das fronteiras da civilização ocidental no norte do Chaco Paraguai constitui uma ameaça tanto para os grupos Ayoreo em isolamento voluntário quanto para as florestas, ainda extensas, com as quais convivem.

Neste momento enfrentam uma grave ameaça concreta. A organização paraguaia Iniciativa Amotocodie – que pretende acompanhar de “fora” e de longe os grupos não contatados – denunciou que a empresa pecuarista “Ganadera UMBU S.A.” comprou 40.000 hectares de florestas primárias intocadas no centro de Amotocodie, 24.000 dos quais serão desmatados para a instalação de fazendas pecuaristas. Já obteve as licenças correspondentes e as atividades poderiam começar a qualquer momento. Com o desmatamento existe uma alta probabilidade de contato com os grupos isolados, o que constituiria uma grave violação dos direitos humanos e de vida desses grupos que sempre habitaram no local. Além disso, conforme alerta Iniciativa Amotocodie, isso poderia desencadear um banho de sangue, tal como já aconteceu no passado.

Iniciativa Amotocodie tomou as correspondentes providências legais, mas até agora não conseguiu deter o projeto de desmatamento. Os Ayoreo, por sua vez, através da UNAP (União de Nativos Ayoreo do Paraguai), pressionaram as autoridades competentes e fizeram pública essa grave situação.

Organizou-se uma campanha para tentar deter o que os Ayoreo consideram um “atentado” contra a vida de seu povo no monte e o seu futuro. A página web da Iniciativa Amotocodie convida a enviar uma carta às autoridades paraguaias competentes. Para maior facilidade, a carta já está redigida (em espanhol) http://www.iniciativa-amotocodie.org/actual/files/carta_grave_amenaza.pdf e basta com reenviá-la aos nomes e endereços que aparecem no final.

Os Ayoreo fazem questão de lutar pela integridade de seus irmãos do monte e do território ancestral do Povo Ayoreo, aspirando a um futuro em que a recuperação do que é deles, tanto dos territórios perdidos quanto de seu modelo de vida ancestral, comece a fazer sentido. Os grupos em isolamento voluntário dão testemunho de um paradigma de relação com a natureza que todos os povos indígenas praticaram também, mas que foram forçados a abandonar. Esse paradigma serve para a reflexão vital da própria história dessas etnias, e de fonte de inspiração para procurar alternativas de sobrevivência e futuro.

Artigo baseado em: “Grave Amenaza en Amotocodie”, Iniciativa Amotocodie, http://www.iniciativa-amotocodie.org/actual/20070425_graveamenaza.html; informação enviada por Guadalupe Rodríguez, Rettet den Regenwald (Salva la Selva Tropical), correio eletrônico: guadalupe@regenwald.org, <http://www.regenwald.org/international/spanisch/>; Atlas de las Comunidades Indígenas en el Paraguay, <http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/Web%20Atlas%20Indigena/171%20Plantilla%20Ayoreo%20toto.pdf>

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Brasil: a sigilosa problemática dos recursos hídricos no negócio da Aracruz Celulose

O enorme complexo de alta tecnologia de papel e celulose da Aracruz Celulose localizado em Barra do Riacho, na região sudeste do Brasil, tem acarretado importantes conflitos decorrentes da invasão que a companhia fez nos territórios dos povos indígenas Tupinikim e Guarani. Mas não só tomaram posse da terra; a fábrica da empresa e suas plantações de monoculturas de árvores em grande escala que se espalham ao longo de mais de 175.000 hectares no norte do Estado do Espírito Santo e na maior parte do sul do Estado da Bahia também se apropriaram dos recursos hídricos.

A Aracruz abafa a problemática dos recursos hídricos, observa o relatório “H2O para Celulose x água para todas as línguas”, realizado pela FASE Espírito Santo e publicado em 2006. Os autores revelam que nos relatórios anuais, site na Internet, revistas e publicações da empresa só é possível encontrar informação incompleta ou fragmentada, sem qualquer alusão a uma política clara sobre os recursos hídricos para o complexo no conjunto, que abrange plantas, viveiros, plantações, porto e infra- estrutura.

Qual é o papel da água em todo o processo industrial da Aracruz Celulose? A quem pertence a água, de quem é tomada e em que condições retorna ao meio ambiente? Quais os meios que a empresa tem para se apropriar e fazer uso da água? Quais as quantidades usadas? Quanto paga por isso? Estas são perguntas não respondidas pela Aracruz Celulose.

A água é um dos materiais principais usados durante todo o processo da produção de celulose; é consumida em vários setores e estágios do processo – digestão, branqueamento, e principalmente na alimentação das caldeiras. Após ser usada no processo industrial, a água retorna ao ambiente como efluente carregando resíduos e poluentes.

O longo histórico de testemunhos dos vizinhos Guarani, Tupinikim, Quilombola e comunidades camponesas evidenciam a desapareção de vários córregos e tanques bem como a grande diferença no nível dos rios e córregos depois da chegada das plantações de eucaliptos. Isso acontece porque o eucalipto exige altos níveis de água, desde o momento em que é plantado, bem como durante seu crescimento e também porque o ciclo de corte tem sido encurtado. O maquinário pesado usado para cortar e empilhar a madeira também tem impacto nos recursos hídricos já que comprime o solo e dificulta a absorção da água da chuva e contribui para o escoamento da água. Os habitantes da região revelam que o escasso remanescente de reservas hídricas vem sendo usado para a irrigação dos plantios de eucaliptos por parte de companhias contratadas pela Aracruz Celulose.

O direito a água foi completamente violado pela Aracruz. A água do Rio Doce tem sido desviada depois de um duvidoso processo de autorização e a maioria dos 14 córregos que o atravessam entre a cidade de Itaúnas e os escritórios centrais da empresa no povoado de Conceição da Barra estão atualmente sem vida- o que abalou em grande medida a qualidade de vida da população local. Muitas casas conseguem a água de poços improvisados que foram recentemente escavados. Devido à baixa qualidade dessa água, a venda de água tem se tornado um grande negócio para os estabelecimentos comerciais da região.

O problema da água ao longo das homogêneas plantações de árvores não é apenas quantitativo mas também qualitativo. O uso intensivo de substâncias agrotóxicas e fertilizantes químicos polui os recursos hídricos das comunidades vizinhas. Os rios que atravessam seus territórios já não são seguros para beber, nem até para tomar banho, e poucas pessoas ainda pescam.

Dez mil famílias viviam na região antes de a Aracruz chegar. Agora, apenas 1500 pessoas permanecem, lutam por sua sobrevivência e resistem a nova escravidão que a empresa impôs de diferentes maneiras: separação de famílias, expulsão de suas terras, isolamento, privação de sua soberania alimentar e sua cultura que está diretamente ligada à floresta, sacrifício da agricultura familiar, repressão de coletores e pescadores através de seus guardas armados. Antigamente a água abundava mas agora escasseia e as comunidades lutam por cada gota contra o exército de eucaliptos da Aracruz Celulose.

O consumo diário de água da empresa para atender sua capacidade de produção de celulose de 2.000.000 de toneladas ao ano é suficiente para abastecer uma cidade de dois milhões e meio de habitantes, e a companhia não paga nada por isso. O porto particular da Aracruz, Portocel, é o ponto de saída da maior parte de sua produção com destino à Europa, América do Norte e Ásia. A celulose será usada para a produção de guarda-napos sanitários, papel usado em procedimentos cirúrgicos, lençóis de papel e papel especial para escritura e impressão, a fim de satisfazer a enorme- e insustentável- demanda dos padrões de consumo do Primeiro Mundo. O Norte fica com os melhores empregos, o valor agregado mais alto, e os menores riscos ambientais. O Sul fica com os “desertos verdes” das plantações de eucaliptos, um punhado de empregos exclusivos e alguns precários, escassos tributos e vários conflitos ambientais.

O estudo conclui que a malversação e uso das bacias hídricas para a produção de celulose e as monoculturas de eucaliptos são traços inconfundíveis de racismo ambiental. Além disso, a distribuição da água no Estado do Espírito Santo revela uma clara injustiça ambiental: é farta e gratuita para a Aracruz Celulose; é escassa, paga e poluída para os povos indígenas, quilombolas, sem-terra, camponeses e pescadores.

O problema silenciado agora foi expressado bem como as várias medidas a serem tomadas; a primeira é deter imediatamente a expansão das plantações industriais de eucalipto.

Artigo baseado em: “H2O para Celulose x água para todas as línguas”, Daniela Meirelles e Marcello Calazans, FASE, 2006, e-mail: fasees@terra.com.br, http://www.fase.org.br/noar/anexos/acervo/12_h2o.pdf; “Economic, Social, Cultural and Environmental Rights Violations in Eucalyptus Monoculture: Aracruz Cellulose and the State of Espírito Santo”, FASE, http://www2.fase.org.br/downloads/2004/09/553_relat_desc_es_inq.pdf

[início](#)

- Espanha: certificação FSC para a NORFOR ou a continuação de uma fraude

No passado 9 de abril, a organização galega APDR (Asociación pola defensa da Ría) fez uma declaração oficial quanto à certificação do FSC à NORFOR- filial da empresa espanhola de papel e celulose ENCE, que tinha sido certificada em abril de 2005.

Na declaração, a APDR denuncia: “Na Galiza, viemos sofrendo há muitos anos as conseqüências da nefasta influência da ENCE sobre nosso ambiente natural e nossa economia. A APDR faz referência à monocultura e à comercialização de madeira de eucalipto para a fabricação de pasta de papel, o que “tem acarretado o empobrecimento e abandono das comunidades rurais e o abandono das terras florestais”. O comunicado enumera outros impactos das plantações industriais de madeira, tais como o “alto risco de incêndios”, “erosão intensa de terras”, “perda de diversidade biológica e destruição de recursos” e a poluição de “córregos e aquíferos subterrâneos” decorrentes do uso de “grandes volumes de pesticidas”, bem como a “perda de qualidade da paisagem nas áreas ocupadas para tais atividades”.

Apesar disso tudo, a empresa obteve o certificado do FSC através da certificadora SGS (Société Générale de Surveillance) - empresa suíça de fiscalização, verificação, testagem e certificação que, em 1997, teve suas atividades de certificação suspensas pelo FSC durante seis meses devido à controvérsia originada pela certificação das

operações de corte realizadas pela companhia madeireira Leroy nas florestas do Gabão.

Logo no início, a APDR denuncia o problema à delegação do FSC na Espanha, com a elaboração um relatório detalhado de 85 páginas (<http://www.apdr.info/norfor/norbarpr.htm>). No ano passado, um grupo formado pela APDR e organizações de sete países solicita que, "em conformidade com o objetivo do FSC de 'promover o manejo ambientalmente apropriado, socialmente benéfico e economicamente viável das florestas do mundo', a certificação da NORFOR seja cancelada imediatamente" (vide http://www.wrm.org.uy/actors/FSC/Campaign_De_Certification/Spain.html).

Na declaração, a APDR afirma que o recente relatório publicado no dia 5 de fevereiro de 2007 pela SGS a respeito da segunda auditoria de avaliação da certificação conforme os padrões do FSC da empresa madeireira NORFOR "está repleto de falsidades, manipula a informação, distorce os fatos e encobre a realidade. Mas agora o problema não é a intenção de trapaça que a companhia teve desde o início do processo de certificação. O problema é que o FSC, completamente ciente da fraude, decidiu continuar com a certificação apesar da evidência cada vez mais esmagadora do descumprimento dos padrões; assim, o FSC dá mais um passo atrás ao afastar-se dos objetivos para os que foi criado."

No comunicado também expressa: "Na Galiza, o pior sistema de gestão, que favorece a erosão, a perda da biodiversidade e a desapareição dos recursos e usos florestais, tem a certificação do FSC. Depois de mais de dois anos de o certificado ter sido outorgado, o sistema de gestão florestal da NORFOR não tem sido modificado e a manutenção do certificado está baseada no engano e encobrimento da realidade por parte do órgão certificador- a SGS, e na cumplicidade do FSC, que, quase dois anos depois de a APDR ter apresentado uma reclamação formal que evidencia claramente o descumprimento dos padrões, continua fazendo questão de manter o certificado custe o que custar. Com a certificação da NORFOR, o FSC revela que seu principal objetivo é mesmo proteger um negócio próspero em vez de 'garantir a autenticidade de suas certificações' e 'promover um sistema de manejo florestal responsável, benéfico para a sociedade e viável economicamente'".

A APDR alerta que o certificado é "um documento que possibilita o acesso das empresas a importantes subsídios públicos concedidos por organismos internacionais e estatais e permite que a empresa melhore sua posição em um mercado em que a certificação supõe-se um valor e um prestígio que, à medida que as certificações fraudulentas proliferam, está se perdendo. É apenas o valor econômico dos benefícios que as empresas florestais obtêm ao obterem a certificação, o que faz que as empresas a busquem e o FSC a mantenha a qualquer custo, sem levar em consideração o descumprimento dos padrões."

Está na hora de as pessoas ficarem cientes que "o fato de possuir uma certificação não significa necessariamente que a gestão florestal seja responsável, benéfica para a sociedade e economicamente viável."

Artigo baseado em "Official Statement of APDR (Asociación Pola Defensa Da Ría) Regarding the FSC Certification of NORFOR", <http://www.wrm.org.uy/countries/Spain/APDR.pdf>, 9 de abril de 2007, enviado pela APDR, e-mail: apdr@apdr.info, www.apdr.info

[início](#)

- Suazilândia: plantações de árvores em grande escala que não são a exceção à regra

O estudo de caso "Swaziland: The myth of sustainable timber plantations" (Suazilândia: o mito das plantações madeireiras sustentáveis) realizado por Wally Menne e Ricardo Carrere e publicado em março de 2007 (disponível em http://www.wrm.org.uy/countries/Swaziland/Book_Swaziland.pdf), visa a desvelar o mito das plantações sustentáveis na Suazilândia e mostrar que as plantações de monoculturas de árvores em grande escala nesse país têm impactos negativos similares aos de outros lugares e não são uma exceção à regra.

Antes da implementação das plantações madeireiras em grande escala na Suazilândia, a área que agora ocupam eram pradarias, entremeadas com trechos de floresta sempre-verde que crescia em lugares úmidos e protegidos. Os cultivos domésticos e os animais, a caça e os recursos naturais da floresta e pradarias forneciam ao povo Suazi o que precisava para sobreviver.

As coisas começaram a mudar na década de 1870 quando os europeus afluíram para a Suazilândia e através de diferentes meios obtiveram direitos para estabelecer-se em vastas porções do país. Em 1899 estourou a guerra Anglo-Bôer e em 1902 os britânicos assumiram o controle da Suazilândia. O país permaneceu sob o domínio colonial britânico até setembro de 1968 quando a Suazilândia obteve sua independência.

Muitas das plantações madeireiras foram estabelecidas durante o domínio colonial, mas sua existência continuada é hoje um meio de "congelar" a injusta distribuição da terra ordenada pelos governantes imperiais britânicos. Atualmente as plantações de árvores industriais cobrem uma área total estimada de quase 135.000 hectares (8% da área total de terras). O que é ainda pior, ocupam as terras com o maior potencial produtivo, às custas de outros usos agrícolas da terra. A maioria das plantações (78%) está composta por árvores de pinus, enquanto uma área importante tem sido plantada com eucaliptos (20%) e uma área menor com acácias (2%). Além disso, há aproximadamente 25.000 hectares das chamadas "florestas de acácia" que são áreas invadidas por acácias exóticas (Plano de Ação Ambiental da Suazilândia, 1997).

Obviamente que nem todas as desgraças da Suazilândia devem atribuir-se às plantações de árvores industriais. No entanto, mais de cinquenta anos de desenvolvimento pela indústria da celulose e do papel não têm conseguido trazer benefícios para a maioria da população da Suazilândia. Pelo contrário, as coisas têm piorado.

O impacto mais óbvio é a destruição da vegetação natural quando as plantações são estabelecidas pela primeira vez, mas também a fragmentação das pradarias da alta estepe tem sido identificada como um problema, com implicações negativas para a conservação da biodiversidade.

As plantações madeireiras têm tido um impacto direto nos solos, causando erosão do solo, esgotamento de nutrientes, mudanças na estrutura do solo e acidificação, que ainda devem ser estudados na Suazilândia. Também na água: as plantações madeireiras na Suazilândia já carecem de água. Consumem mais do que fornecem as chuvas naturais para a área que ocupam, inclusive tirando água adicional de aquíferos e córregos circundantes. O grau no que as plantações têm um impacto sobre os recursos hídricos tem tido sérias conseqüências para as pessoas que dependem da água de córregos e rios que fluem desde a área de captação da alta estepe. Algumas pessoas, que nasceram na área antes de que as plantações chegassem, lembram quedas d'água e córregos profundos que já não existem.

Os impactos diretos estão relacionados com a apropriação das melhores terras pelas companhias de plantação. Em um país onde a maioria das pessoas não tem terras, quase 120.000 hectares da terra mais produtiva do país (a região da 'Alta Estepe' no Oeste) está ocupada por plantações madeireiras de propriedade das corporações estrangeiras. Em decorrência disso, a agricultura tradicional e a pastagem de gado foram deslocadas para áreas mais secas e escarpadas, onde os solos superficiais têm maior potencial de erosão e menor capacidade para a retenção de água e nutrientes. Um número relativamente maior de pessoas precisa subsistir agora com uma área menor de terra arável e produtiva. Esses fatores resultam em impactos conseqüentes, como por exemplo alagamento mais severo, erosão do solo, esgotamento de nutrientes do solo e assoreamento de córregos e pradarias, com a decorrente escassez de alimentos e impactos sobre a saúde.

Hoje, duas companhias sul-africanas de pasta e papel controlam a maioria dos 120.000 hectares de plantações de árvores industriais na Suazilândia. A Mondi possui 30.000 hectares de árvores de eucaliptos e pinus no norte do país, enquanto a Sappi arrenda 70.000 hectares de terras de plantação no oeste da Suazilândia. A Mondi exporta sua

madeira de eucalipto para sua fábrica de pasta na Baía de Richards, a 400 quilômetros na África do Sul. O pinus vai para as serrarias locais. A Sappi possui uma fábrica de pasta que produz 220.000 toneladas de pasta cada ano, a maioria das que são exportadas para o Sueste da Ásia.

O emprego oferecido pela indústria da madeira é às vezes bem mais perigoso que os trabalhos agrícolas convencionais, incluindo o perigo de lesão dos trabalhadores e exposição a químicos tóxicos e maquinário perigoso em fábricas de pasta e serrarias, enquanto a recente tendência de terceirização como meio de aumentar a rentabilidade e reduzir o risco de ações trabalhistas resultou em salários ainda menores e piores condições de trabalho.

A poluição do ar e da água das fábricas de pasta é às vezes o objeto de queixas pelas comunidades. Apesar de que os níveis de poluição produzidos pelas serrarias são menos óbvios, o efeito cumulativo do uso de conservadores de madeira tóxicos em uma área pode ser considerável. A disposição de resíduos em córregos próximos parece ser prática comum que pode ter implicações negativas para os organismos aquáticos e comunidades humanas.

Todas as espécies de árvores geralmente usadas nas plantações são altamente invasivas. Durante muitos anos, a indústria madeireira têm permitido que suas árvores (acácia, pinus e eucaliptos) se espalhem em cursos de água, zonas úmidas e áreas escarpadas inacessíveis. Isso resulta no deslocamento de espécies naturais, principalmente através de sombreamento ou sufocação, e ainda mais destruição de hábitat através de impactos contínuos como a desidratação de córregos e zonas úmidas.

As plantações de árvores em grande escala na Suazilândia têm resultado em sérios impactos sobre as pessoas e o meio ambiente, tanto no presente quanto no passado. É difícil entender a forma na que as duas têm sido certificadas pelo Conselho de Manejo Florestal: a Mondi (20.000 hectares) e a Shiselweni Forestry Company (17.000 hectares). De acordo com seu mandato, "o Conselho de Manejo Florestal (FSC) promoverá o manejo ambientalmente apropriado, socialmente benéfico e economicamente viável das florestas do mundo". Além do fato de que essas plantações não são florestas, as constatações da pesquisa têm revelado que nem são ambientalmente apropriadas nem socialmente benéficas e que sua viabilidade econômica depende da externalização dos custos sociais e ambientais.

As plantações de monoculturas de árvores em grande escala na Suazilândia têm impactos negativos similares aos de outros lugares e não são uma exceção à regra.

[início](#)

SUMIDOUROS DE CARBONO

- É possível acreditar na compensação das emissões de carbono?

O aeroporto de Eindhoven, na Holanda, proclama-se como o primeiro aeroporto europeu em que aqueles que viajarem a partir de maio de 2007 poderão compensar as emissões de seu vôo ao fazerem doações para projetos de plantação de árvores. No entanto, na semana passada, grupos de ativistas em Londres criticaram esse tipo de compensação de carbono. Então, é possível acreditar na compensação das emissões de carbono?

O aeroporto de Eindhoven coopera com a empresa GreenSeat que calcula e arrecada as taxas de compensação e com a Fundação FACE que põe em andamento projetos de plantações de árvores. Não são as únicas que compensam emissões. A companhia Carbon Neutral - alvo de ativistas britânicos, na semana passada-, a Climate Care e a Offset My Life dividem o mesmo mercado em expansão. Em 2006, o mercado da compensação de carbono se triplicou em relação ao ano anterior e estima-se que movimentará 450 milhões de euros daqui a três anos.

No entanto, conforme a organização Carbon Trade Watch (CTW)- parte do Transnational Institute com base em Amsterdã-, a compensação de carbono é apenas a forma moderna das indulgências (sistema de tributos por pecados inventado pela Igreja Católica no final da Idade Média). “Os ‘indultadores’ de hoje em dia estão construindo o que eles alegam ser boas ações para o clima através de projetos que supostamente reduzem ou evitam as emissões de gases de efeito estufa,” salienta a Carbon Trade Watch no recente relatório “The Carbon Neutral Myth”, (o mito da neutralização do carbono).

O autor do relatório, Kevin Smith, argumenta que é impossível avaliar exatamente qual é a quantidade de CO2 que as árvores absorvem. Logo de saída deve diferenciar-se o carbono fóssil armazenado e o carbono que faz parte do ciclo vital do carbono. É possível transformar com facilidade o carbono armazenado em carbono ativo- é o que fazemos o tempo todo ao queimarmos combustíveis fósseis- mas é impossível reverter essa ação. Ao ativar-se, o carbono poderia ser fixado no tronco da árvore durante um período, mas a madeira pode ser queimada ou apodrecer liberando o carbono na atmosfera. Por essa razão, o argumento de compensar carbono através de plantações de árvores por parte do grupo Scottish and Southern Energy (SSE) foi rejeitado pela instituição britânica Adversiting Standards Authority, que exigiu do SSE a retirada dessa alegação apresentada em seus folhetos publicitários.

Devido às crescentes críticas dos programas de plantações de árvores, as empresas de compensação de carbono começaram a refugiar-se em outros projetos de compensação tais como o investimento em projetos de energia renovável ou de eficiência energética que reduzem as emissões em outros lugares, conhecidos como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e Implementação Conjunta (IJ). Por exemplo: painéis solares, parques eólicos e transformação de esterco e resíduos em energia. Smith também é cético quanto a tais projetos, argumentando que é impossível calcular qual é a redução do carbono, já que a comparação entre a situação com o projeto e sem ele não pode ser feita com precisão.

Deveríamos, então, renunciar de vez a viajar de avião? O ativista Kevin Smith diferencia entre necessidades de carbono (transporte necessário e inevitável) e luxo de carbono (viagens curtas que têm outras opções, vôos de férias). Como a compensação das emissões de carbono é um mito, conforme Smith, é irracional fazer que as pessoas acreditem que podem continuar comportando-se como até agora. “Essa maquiagem verde é apenas uma cortina de fumaça que obstaculiza a procura de soluções,” afirma Smith.

Sue Welland, representando a CarbonNeutral, disse à BBC: “O que fazemos é ajudar as empresas a medir e reduzir suas emissões; e se elas não puderem reduzir suas emissões, nós as ajudamos a compensá-las”

A questão principal - uma questão de consciência talvez- é se algumas emissões são uma necessidade ou um luxo. O Ministro Britânico do Ambiente, David Miliband, afirmou no mês passado: “A primeira medida sempre deveria ser a consideração de como podemos evitar e reduzir as emissões.” Mas a redução do número de vôos não interessa os aeroportos nem de brincadeira. O diretor do aeroporto de Eindhoven, Bart de Boer, reconheceu que a iniciativa não desencorajaria as pessoas a viajar. “Mas também não é a minha missão aqui,” salientou.

Por Green Prices, 27 de fevereiro de 2007, enviado por Kevin Smith, e-mail: kevin@carbontradewatch.org, autor de “The Carbon Neutral Myth Offset Indulgences for your Climate Sins”, Transnational Institute, http://www.tni.org/detail_pub.phtml?know_id=56&menu=

[início](#)

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês
Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985
wrn@wrn.org.uy
<http://www.wrn.org.uy>

